

GOLPISTAS NO BANCO DOS RÉUS



Reprodução

Dante de Moraes no STF, Bolsonaro adota tom conciliador, pede desculpas, nega golpe e diz que já não tinha poder após a eleição. Ex-ministros e militares seguem linha parecida: reconhecem falhas, mas rejeitam conspiração e tentam minimizar suas responsabilidades

focus BRASIL

Réu, Bolsonaro pede desculpas, nega golpe e diz ser “carta fora do baralho”

Tentativa de golpe: veja quem são os acusados no STF

Jaques Wagner: “não existe plano B para a eleição de 2026”

Prestígio: Lula recebe homenagens históricas na França

focus

BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamotto

Vice-presidente: Breno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe,
Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tattó (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338





TIC-TAC

Bolsonaro nega trama golpista, diz que era “carta fora do baralho” e pede desculpas a Moraes. Generais, ex-ministros e aliados depõem no STF e tentam se descolar dos ataques de 8 de janeiro, enquanto Mauro Cid sustenta que houve plano para impedir posse de Lula. **pág. 05**

CAPA

Frente a frente com Moraes, Bolsonaro pede desculpas, nega golpe e diz ser “carta fora do baralho”

pág. 04

Tentativa de golpe: veja quem são os acusados no STF

pág. 07

BRASIL

Estudo revela que Bolsa Família salvou 700 mil vidas no Brasil

pág. 09

No Rio, operação do Bope deixa jovem morto em festa junina no morro Santo Amaro; MDH se manifesta

pág. 11

ENTREVISTA

“Não existe plano B para

a eleição de 2026” - Jaques Wagner

pág. 13

ECONOMIA

Energia limpa e infraestrutura: França investirá R\$ 100 bi no Brasil, anuncia governo

pág. 19

POLÍTICA

Primeiro debate do ciclo “Memória da luta antirracista”, do CSBH, é realizado na Unifesp

pág. 20

PT

Humberto Costa destaca posicionamento do governo federal sobre ativistas brasileiros em Gaza

pág. 22

Aprovado projeto de Teresa Leitão para concurso público na educação indígena, do campo e quilombola

pág. 23

Segurança nas escolas: profissionais terão que apresentar certidão e passar por avaliação psicossocial

pág. 24

INTERNACIONAL

Lula faz história em Paris e recebe homenagens da Academia Francesa e da Universidade Paris 8

pág. 24

O fim do 14º plano quinquenal: um novo tempo começa planejado para andar com fé

pág. 28



Frente a frente com Moraes, Bolsonaro pede desculpas, nega golpe e diz ser “carta fora do baralho”

Em depoimento ao STF, Bolsonaro recua, nega plano de golpe, pede desculpas a Moraes e diz que, após a eleição de Lula, era apenas “uma carta fora do baralho”. Outros aliados, civis e militares, também tentam se descolar da trama que levou à invasão de 8 de janeiro

Redação Focus Brasil

Ao ser questionado nesta terça-feira (10) no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os indícios de uma trama para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente Jair Bolsonaro adotou uma postura conciliadora, negou a intenção de dar um golpe de Estado e afirmou ser, na época dos atos de 8 de janeiro, uma “carta fora do baralho”. O depoimento, transmitido ao vivo pela TV Justiça, marcou o momento mais simbólico

da semana de oitivas de réus no processo que apura a tentativa de ruptura institucional após as eleições de 2022.

“Não tive reunião com ninguém, absolutamente ninguém, sobre 8 de janeiro. Eu era uma carta fora do baralho. O governo era outro”, afirmou Bolsonaro, ao responder a perguntas do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso e alvo frequente de ataques durante seu mandato.

Ao contrário da postura beligerante que costumava adotar em lives e discursos públicos, Bolsonaro se dirigiu a Moraes de forma respeitosa, chegando a pedir desculpas por declarações passadas.

“Era um desabafo, uma retórica. Não tenho indício nenhum, senhor ministro”, disse ao ser confrontado com sua fala, feita durante uma reunião ministerial em julho de 2022, de que ministros do Supremo teriam recebido dinheiro de maneira irregular. “Me desculpe. Não tinha a intenção de acusar qualquer desvio de conduta dos senhores três”, disse, em referência a Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso.

O peso da minuta e o “jogo dentro das quatro linhas”

Bolsonaro negou ter assinado ou aprovado a chamada “minuta do golpe”, documento que sugeria



Walter Campanato / Agência Brasil

a decretação de Estado de Defesa com o objetivo de reverter o resultado das eleições. Ainda assim, reconheceu que recebeu o texto de Mauro Cid, então ajudante de ordens, e admitiu ter lido versões semelhantes. “Recebi sim, mas não dei prosseguimento”, disse.

Ao falar sobre os questionamentos ao sistema eleitoral, sustentou que nunca acusou o TSE formalmente, embora tenha falado em possíveis fraudes. “Falei que poderia haver fraude, sim. E poderia mesmo. Mas nunca tive a intenção de dar um golpe. Sempre joguei dentro das quatro linhas”, disse. Sobre a reunião de 5 de julho de 2022, na qual mencionou “indícios” de irregularidades, afirmou que usava o termo de forma coloquial. “Aquilo foi um desabafo. Eu tinha dados de que, nas eleições de 2018, alguns votos de candidatos proporcionais haviam sido desviados. Mas nunca afirmei que houve fraude nas urnas em si.”

Ministros e militares tentam se desvincular de conspiração

A fala de Bolsonaro foi apenas uma entre as dezenas de depoimentos colhidos esta semana no STF. Um dos primeiros a ser ouvido, Mauro Cid confirmou que o ex-presidente revisou minutas de decretos para instaurar Estado de Defesa e impedir a posse de Lula. Em sua delação premiada, o ex-ajudante de ordens relatou que os documentos circularam entre assessores próximos e que Bolsonaro discutiu alternativas jurídicas à transição de governo. No entanto, disse desconhecer qualquer ação direta do presidente em relação aos ataques de 8 de janeiro.

Já o general da reserva Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional, optou por responder apenas a perguntas de seu advogado. Disse nunca ter tomado conhecimento

do chamado plano “Punhal Verde Amarelo”, que, segundo a Polícia Federal, previa atentados contra autoridades, incluindo o próprio Lula. “Nunca soube da existência desse gabinete. Quando li, achei até difícil de acreditar”, declarou Heleno. Questionado se havia planejado alguma operação militar, negou veementemente. “Não, de jeito nenhum.”

Outro militar ouvido foi o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha. Ele rejeitou a hipótese de ter colocado tropas à disposição de Bolsonaro e afirmou que se manteve “dentro do papel institucional”. Perguntado por Moraes se as Forças Armadas encontraram qualquer irregularidade nas eleições, respondeu: “Não que tenha chegado ao meu conhecimento.” Sobre a alegação de que o então comandante do Exército teria ameaçado prender Bolsonaro caso tentasse um golpe, classificou como “surreal”.



Ton Molina/STF

Ex-chefe do GSI, general nega envolvimento em suposto plano golpista

Anderson Torres fala em “falha grave” e culpa a PM

No depoimento mais tenso até aqui, o ex-ministro da Justiça Anderson Torres reconheceu que houve uma “falha grave” na aplicação dos protocolos de segurança no dia 8 de janeiro. Disse que estava de férias com a família nos Estados Unidos e foi “surpreendido” com a invasão das sedes dos Três Poderes. “Quando eu tive a informação, eles já tinham entrado no Congresso e no Palácio do Planalto. Eu, desesperado, mando uma mensagem para o meu secretário executivo, em uma mensagem que foi mal interpretada, em que eu falei: ‘Não deixe chegar ao Supremo’”, relatou.

Torres voltou a dizer que a minuta de decreto encontrada em

sua casa era uma “sugestão tirada da internet” e não passava de “uma minuta do Google”. Afirmou ainda que nunca teve provas de fraudes nas eleições de 2022. “Eu não tinha. Eram apenas colocações pessoais minhas.”

Outro nome central no inquérito, o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Abin, negou a existência de uma estrutura paralela de inteligência. Também afirmou que nunca compartilhou vídeos falsos sobre as urnas. Segundo ele, o material enviado a Bolsonaro era uma gravação pública de testes técnicos da Justiça Eleitoral. “Não era algo contra as urnas, mas uma exposição técnica, feita em audiência pública no STF”, justificou.

O que acontece com os réus a partir de agora?

Com os depoimentos desta semana, encerra-se a fase de instrução do processo. As partes ainda poderão solicitar diligências complementares — como novas oitivas ou juntada de documentos. Em seguida, será aberto prazo de 15 dias para que as defesas e a Procuradoria-Geral da República apresentem suas alegações finais.

A sentença será julgada pela Primeira Turma do STF, composta por cinco ministros, incluindo Alexandre de Moraes, relator do caso. As penas para crimes como tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e associação criminosa podem ultrapassar os 20 anos de prisão.

Tentativa de golpe: veja quem são os acusados no STF



Militares de alta patente, ex-ministros e o próprio Bolsonaro são investigados por participação em um plano para reverter o resultado das eleições de 2022 e impedir a posse de Lula

O julgamento que apura uma tentativa de golpe de Estado no Brasil, após as eleições de 2022, reúne uma linha de frente que mistura militares da reserva e da ativa, ex-ministros, operadores políticos e o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro.

As investigações da Polícia Federal e os depoimentos colhidos pelo Supremo Tribunal Federal apontam que esse núcleo teria discutido e, em alguns casos, redigido, minutas para sustar o resultado das eleições e impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

Os depoimentos, ainda em curso, mostram uma estratégia comum de recuo: os acusados negam envolvimento direto, se dizem alheios aos planos golpistas e buscam atribuir responsabilidade a outros agentes ou à desorganização institucional. Este quadro apresenta os principais nomes dessa investigação histórica e o papel de cada um no suposto complô contra a democracia.

Quem é quem no julgamento da tentativa de golpe



Jair Bolsonaro

Ex-presidente da República, é investigado como autor intelectual de

uma suposta tentativa de golpe de Estado para impedir a posse de Lula. Teria revisado minutas de decretos que previam Estado de Defesa ou Sítio e incentivado, ao longo do mandato, ataques ao sistema eleitoral. Seu depoimento ao STF foi o mais aguardado e marcou um recuo retórico: pediu

desculpas a Moraes e negou articulações para romper a ordem institucional.



Mauro Cid

Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, é colaborador premiado da Polícia Federal.

Em sua delação, afirmou que Bolsonaro revisou documentos com o objetivo de sustar o resultado das eleições. Disse que participou de reuniões em que essas ideias foram discutidas e entregou uma das minutas ao então presidente.



Augusto Heleno

General da reserva e ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI),

é apontado pela PF como possível coordenador de um “gabinete de crise” que daria suporte a um plano golpista. Também teria participado de reuniões para questionar o resultado das eleições. No STF, negou qualquer envolvimento ou conhecimento sobre o suposto plano “Punhal Verde Amarelo”.



Anderson Torres

Ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do DF, foi preso após os atos de 8 de janeiro.

Responde por omissão e possível conivência com o desmonte da segurança pública na capital federal. Uma minuta de decreto golpista foi encontrada em sua casa. No depoimento, alegou que o texto era “uma minuta do Google” e negou ter provas de fraude nas urnas.



Almir Garnier

Ex-comandante da Marinha, é investigado por supostamente ter aceitado participar de ações golpistas, colocando a força à disposição de Bolsonaro. Negou as acusações e disse que as Forças Armadas se mantiveram institucionais. Alexandre Ramagem Deputado federal (PL-RJ) e ex-diretor da Abin, é investigado por possível uso da agência de inteligência para espionar ilegalmente autoridades e alimentar a guerra contra o sistema eleitoral. Em seu depoimento, negou qualquer atuação fora dos parâmetros legais e disse que os vídeos enviados a Bolsonaro eram públicos e técnicos.



General Braga Netto

Ex-ministro da Defesa e candidato a vice de Bolsonaro, é citado por delatores como parte do grupo que teria planejado uma ruptura institucional. Teria discutido com Bolsonaro estratégias para impedir a posse de Lula. Ainda não prestou depoimento nesta fase, mas é alvo direto da investigação da PF.



General Paulo Sérgio Nogueira

Ex-comandante do Exército, participou de reuniões em que se questionava a Justiça Eleitoral e a confiabilidade das urnas. Seu nome aparece como um dos possíveis avalistas de um plano golpista.

Até o momento, adota linha de defesa baseada no caráter institucional das Forças Armadas.



Lyon Santos/MDS

Estudo revela que Bolsa Família salvou 700 mil vidas no Brasil

Estudo publicado na revista *The Lancet* comprova os efeitos do Bolsa Família na saúde pública brasileira, com destaque para crianças e idosos entre 2004 e 2019

Mais de 700 mil mortes e oito milhões de internações hospitalares foram evitadas no Brasil graças ao Bolsa Família, segundo estudo publicado nesta quinta-feira (29/5) na revista científica The Lancet Public Health. A análise, considerada a mais abrangente já realizada sobre o impacto do programa na saúde, examinou dados de 3.671 municípios, representando 87% da população brasileira, e apontou efeitos especialmente positivos entre crianças menores de cinco anos e idosos acima de 70 anos.

“O resultado mostra que políticas sociais são fundamentais para uma população mais saudável, com o Sistema Único de Assistência Social trabalhando de forma integrada ao SUS”, destacou o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias. A pesquisa foi conduzida por cientistas da Fiocruz, da Universidade Federal da Bahia e da Universidade de Barcelona, com modelagens de impacto até 2030.

Resultados e reestruturação do programa

O estudo é conduzido por Rômulo Paes (CEE-Fiocruz), Daniella Cavalcanti (UFBA) e Davide Rassella (Universidade de Barcelona), e demonstra que o Bolsa Família, além de combater a pobreza, gera impactos diretos e duradouros na saúde da população. Segundo Paes, o desenho do programa é “resiliente” e sobreviveu a momentos críticos da gestão pública

Estudo aponta que o Bolsa Família evitou 700 mil mortes e 8 milhões de internações entre 2004 e 2019, com efeitos especialmente entre crianças e idosos.

brasileira. Estudos anteriores já haviam demonstrado redução de doenças infantis, maternas e de mortalidade por HIV/Aids e tuberculose.

Durante o governo Bolsonaro, o Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil e sofreu forte esvaziamento. Em 2019, cerca de 1 milhão de famílias foram excluídas do programa. O número de beneficiários caiu de 14,3 para 13,5 milhões, em meio ao aumento da pobreza e do desemprego.

Em março de 2023, o governo Lula reinstituiu o Bolsa Família com valor mínimo de R\$ 600, além de benefícios extras: R\$ 150 por criança de até 6 anos, e R\$ 50 para dependentes entre 7 e 18 anos, gestantes e nutrizes.

Desde então, o programa tem apresentado resultados expressivos. Em 2024, 1,3 milhão de famílias deixaram o Bolsa Família após superarem a renda mínima. Entre janeiro de 2023 e setembro de 2024, mais de 91% dos empregos formais criados no país fo-

ram ocupados por beneficiários ou inscritos no CadÚnico. Nesse mesmo período, 1,5 milhão de famílias saíram da baixa renda, e outras 972 mil pessoas chegaram à classe média.

A Regra de Proteção, implementada em 2023, permite que famílias que aumentem sua renda permaneçam temporariamente no programa. Até maio de 2025, a permanência é de até 24 meses com 50% do valor do benefício. A partir de junho, as regras passam a diferenciar famílias com ou sem renda estável.

Ao mesmo tempo, o governo intensificou a fiscalização para coibir fraudes. Em 2023, 1,8 milhão de benefícios indevidos foram suspensos. Em 2025, um novo pente-fino deve revisar benefícios de adultos entre 18 e 49 anos que vivem sozinhos, com economia prevista de R\$ 2,3 bilhões.

Atualmente, o programa atende 20,8 milhões de famílias, com benefício médio de R\$ 683,35. O investimento total em 2024 foi de R\$ 168,3 bilhões.



Herus Guimarães Mendes, morto durante uma operação policial no Morro Santo Amaro

No Rio, operação do Bope deixa jovem morto em festa junina no morro Santo Amaro; MDH se manifesta

Herus Guimarães Mendes tinha 24 anos; moradores denunciam a ação e afirmam que policiais chegaram atirando em meio a crianças

Redação Focus Brasil

Na madrugada de sábado (7), uma operação do Bope, o Batalhão de Operações Policiais, realizada no morro Santo Amaro, que fica no Catete, zona sul do Rio de Janeiro, terminou em tragédia.

Herus Guimarães Mendes, de

24 anos, foi atingido por dois tiros e morreu. O jovem era office boy em uma imobiliária, e deixou um filho de dois anos. Estava com a família em uma tradicional festa que reúne quadrilhas juninas de todo o estado. Outras cinco pessoas foram feridas, uma delas segue internada.

De acordo com relatos da mãe, Monica Guimaraes Mendes, o Bope não prestou nenhum tipo de socorro à vítima. Herus chegou a

ser levado por moradores ao Hospital Glória D'Or. Ela relatou que acredita que o corpo foi removido do local dos disparos.

O jovem foi enterrado neste domingo com protestos e pedidos de paz da comunidade na entrada do morro. Os pais de Herus exibiam o crachá do emprego do filho. A manifestação pacífica foi interrompida após um carro avançar na multidão, com tiros para o alto do motorista armado.



Solon Neto/Alma Preta

Manifestação pede justiça por Herus Guimarães Mendes, morto em ação policial do Bope no Morro do Santo Amaro (8/6), no Rio de Janeiro

"Era um menino com quem a gente brincava muito, só falava de futebol. Muito gente boa, educado. Ele estava sempre alegre e falando coisas boas", disse Anderson Luís, colega de trabalho de Herus.

Em entrevista à TV Globo, a mãe lamentou não ter conseguido realizar o desejo de doação de órgãos do garoto, devido ao estado em que o corpo foi encontrado. Mônica reforçou o caráter da festa e que não havia motivo para confrontos no local.

"Eu não vou ser hipócrita de dizer que na minha comunidade não tem tráfico. Tem, assim como toda comunidade. Só que eles não estavam na festa. A festa foi respeitada. A festa é tradicional. As quadrilhas são federadas. Elas concorrem, elas têm campeonato, têm troféus pra apresentar, se precisar", afirmou.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, afirmou que determinou o afastamento dos responsáveis pela operação e se solidarizou com os familiares do rapaz em uma rede social. "Sei que palavras não vão trazer ninguém de volta e nem diminuir a

dor de se perder um ente querido, mas fica aqui a minha tristeza e indignação", disse Castro.

A Polícia Militar afirmou que as equipes usavam câmeras corporais e que as imagens estão sendo analisadas pela Corregedoria. O comando do Bope também instaurou um procedimento de apuração. De acordo com a corporação, a ação foi fruto de uma operação emergencial e houve troca de tiros em outros pontos da comunidade.

O Ministério Público do Rio de Janeiro informou que foi comunicado previamente da operação e que peritos do MP realizaram uma perícia independente no corpo de Herus.

Nota de pesar: MDH homenageia vítima de violência de Estado

O Ministério dos Direitos Humanos (MDH) publicou uma nota de pesar em homenagem a Herus Guimarães Mendes da Conceição, vítima de violência de Estado, cujo caso permanece como um símbolo da luta por memória, verdade e justiça no Brasil. A nota, disponível no portal oficial do

MDH, reforça o compromisso do governo com a reparação histórica e o direito à justiça das famílias afetadas por violações durante períodos autoritários.

Em tom de solidariedade, o ministério destacou que "a memória de Herus Guimarães e de tantas outras vítimas deve ser preservada como um ato de resistência e um chamado para que crimes do passado não se repitam". A pasta também reafirmou seu apoio a mecanismos de reparação e a políticas públicas que assegurem a apuração de violações históricas, garantindo que as novas gerações conheçam a verdade.

O caso de Herus Guimarães segue sendo acompanhado por órgãos de direitos humanos, e o MDH enfatizou a necessidade de justiça não apenas como reparação individual, mas como um passo fundamental para a democracia brasileira. A nota encerra com um compromisso público: "Seguiremos trabalhando para que nenhuma vítima seja esquecida e para que a justiça prevaleça como pilar de uma sociedade mais digna e igualitária". Leia a nota na íntegra: Nota de pesar - Herus Guimarães Mendes da Conceição.

“Não existe plano B para a eleição de 2026”

“Elegemos presidente, mas não base”, diz Wagner sobre desafios de Lula e prioridade em eleger senadores progressistas em 2026. Para o Senador, o presidente Lula é “candidatíssimo” em 2026.

“Ele está muito bem, faz atividade física todo dia, ou seja, ele está, na minha opinião, em ‘ponto de bala’ para ser candidato”

Fernanda Otero

Ex-governador da Bahia, reeleito com quase 70% dos votos em 2010, ex-ministro dos governos Lula e Dilma, participa de processos eleitorais desde 1990, considera que o calendário eleitoral brasileiro gera uma “falta de fôlego” para pensar em questões estruturantes para o país. Ele prevê uma polarização entre o campo progressista e o grupo ligado ao ex-presidente golpista, com os partidos divididos nacionalmente. A formação de alianças para 2026 ainda não está clara e será um “contencioso muito grande”.

Ele reconhece que a relação com o Congresso é complexa, com uma base governista que nem sempre está alinhada e uma oposição “muito fanatizada”.

Avalia que a imprensa e as redes sociais têm um grande peso e influenciam os parlamentares, especialmente em um ano pré-eleitoral, mas afirma que o governo tem avançado na aprovação de projetos importantes, como o arcabouço fiscal e a reforma tributária.

Nesta entrevista para a Revista Focus, o Senador Jaques Wagner apresenta um panorama da situação política atual, destacando os desafios do governo, as negociações com o Congresso e as expectativas para as eleições de 2026. Ele enfatiza a importância de garantir uma base de apoio forte no Senado e de combater a desinformação e a polarização política.

- Gostaria de pedir para o senhor um balanço sobre a bancada do PT no Senado, qual a pauta

nesse momento e quais seriam as prioridades para o PT e para o governo?

- Bom, eu trato mais das prioridades do governo, como líder do governo. Nós estamos tratando agora fundamentalmente dessa questão do IOF. Fizemos ontem, 8/06, uma bela reunião com o presidente da Câmara e do Senado e todos os líderes da Câmara e do Senado que são da base de sustentação do governo. Foi uma reunião longa de cinco horas, muito produtiva, com a participação do ministro Fernando Haddad, a ministra Gleisi Hoffmann, e dali saíram algumas ideias que ainda serão formalizadas. Uma delas seria a mudança do decreto sobre o IOF, indo ao encontro do que muitos parlamentares reclamaram, ou seja, vamos retirar e preparar um novo decreto, com menos



aumento de alíquotas e, em compensação, serão introduzidas em uma medida provisória e projeto de lei matérias que poderão compensar, porque tudo depende de poder manter o chamado ajuste fiscal às contas públicas. Já houve um contingenciamento de R\$ 31 bilhões, por conta exatamente desse descompasso entre despesa e receita.

Eu queria só lembrar que a nossa receita, na verdade, caiu, a despesa também está menor do que era em anos anteriores. Então, se faz muito discurso de que é um 'governo da gastança', mas

os números em relação ao PIB não mostram isso, e repito, ao contrário, as despesas estão menores, mas há um descompasso com a receita, comparando com períodos anteriores, por isso, essa medida foi necessária. Saímos de lá com um grau de concordância razoável, é evidente que a medida ainda vem para o Congresso e essa é a prioridade do governo

neste momento.

- **Sobre o decreto do IOF e outras medidas de equilíbrio das contas públicas: como fica o governo? Há sempre essa per-**

cepção de que quem cede é o governo. O presidente da Câmara, Hugo Motta, disse que "não tem compromisso de aprovar", e ainda há a questão das emendas. Isso entra nessa conta? É parte da negociação? Parece que o governo sempre recua.

- Eu não considero a declaração do presidente Hugo Motta da mesma forma, não faço uma interpretação literal do que ele disse. Quando ele diz que ele não pode ter compromisso, que ele ainda vai submeter, é óbvio que vai ter sempre o chamado 'estica e puxa', mas vamos submeter à

oposição ao governo no Congresso, na Câmara e no Senado. É claro que a questão das emendas está sempre presente, muitas delas não foram pagas neste primeiro semestre por uma série de problemas, inclusive pela decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, sempre fica esse mal-estar de que os parlamentares estão cobrando o pagamento das emendas. Eu não diria que sempre a gente tem que recuar, mas sou obrigado a concordar que nós temos uma base que, muitas vezes, se movimenta a depender do tema que está em julgamento. Então, é um outro momento, nós temos aqui uma oposição muito fanatizada que tenta sempre atrapalhar e obstruir aquilo que o governo quer fazer, esse é o jogo do dia-a-dia aqui na Câmara e no Senado.

Mas, de qualquer forma, se você olhar para trás, desde inclusive na PEC da transição que foi votada antes mesmo do presidente Lula se sentar na cadeira, nós aprovamos muitas coisas que foram importantes, repito, a começar pela própria PEC da transição. Agora, nem sempre sai como você desejava. Mas, no jogo democrático, é isso mesmo. Nós não temos, neste momento, uma base que diga que está aí para qualquer coisa, sempre há uma discussão, inclusive, com a base de sustentação do governo e daí, vamos fazendo as negociações necessárias para aprovar. Repito, nem sempre você aprova exatamente o que o governo queria. Mas, de qualquer forma, temos avançado: aprovamos o arcabouço fiscal, aprovamos a reforma tributária, ou seja, são vários projetos e várias emendas condicionais que foram aprovadas com a base que nós temos. Agora, tem matérias que são polêmicas e, portanto, a gente tem que negociar.

- **Essa relação com o Congresso é mais influenciada pela im-**

presa, que muitas vezes apresenta o governo como acuado? Isso também impacta a popularidade do presidente Lula? O senhor acaba de dizer que houve avanços, mas parece que o governo está sempre a reboque da narrativa da imprensa. Isso procede?

- Não, eu não acho isso, não concordo com essa afirmação. É óbvio que hoje a presença das redes é extremamente forte e influencia muitos parlamentares, e

“Lula está em ‘ponto de bala’ para ser candidato em 2026. Ele faz atividade física todo dia e está muito bem”

é bom lembrar que nós estamos em um ano pré-eleitoral. O calendário eleitoral do Brasil, na minha opinião, é muito ruim. Eu, pessoalmente, sou favorável a mandatos de cinco anos sem reeleição e com coincidência de eleições de vereador até presidente da República. Nós acabamos de sair de uma eleição em 2024 e o assunto que ocupa o diálogo aqui dentro do Congresso Nacional já é a eleição do ano que vem, gerando essa

falta de fôlego para pensar em coisas mais estruturantes para o país, estamos sempre em cima de alguma coisa e aí quando vai chegando o período pré-eleitoral está todo mundo nessa vibe, ninguém quer votar nada que acha que possa desgastar a sua base eleitoral, então isso é uma dificuldade. É óbvio que a imprensa tem um peso, as organizações do mercado financeiro, da indústria, do agronegócio, todas elas têm bases aqui no Congresso Nacional. Então nós vivemos uma situação bem diferente do que a gente viveu nos primeiros oito anos do governo do presidente Lula, onde a base, eu diria, era muito mais compacta, hoje eu não diria que a nossa base é semelhante à que já tivemos. E as formas, na verdade, de atuação da oposição com ascendências da extrema direita no mundo inteiro, ela se reflete aqui dentro também com as chamadas fake news, com uma lógica muito fanatizada misturando política com religião. Depois dos quatro anos do ex-presidente, a relação com o Congresso acabou ficando muito, eu diria, comercializada devido a essa questão que você já se referiu, das emendas que hoje chegam na casa dos R\$ 55 bilhões. Ou seja, tiram uma parte discricionária do governo muito forte, e é óbvio que isso cria dificuldade para o presidente Lula cumprir todos os seus compromissos sociais. Tem também outras áreas que são sempre de beligerância, como, por exemplo, a área ambiental, acabou de ser votado o licenciamento ambiental com uma série de itens que afrontam o nosso conceito de preservação com desenvolvimento ou desenvolvimento com preservação, mas é a conta da base que temos aqui. Infelizmente, o quadro que vivemos é esse. Elegemos um presidente, mas não elegemos uma base de sustentação, essa é a dificuldade que a gente vive o tem-



po todo. O presidente Lula está consciente dela. E a gente agora sob o comando da ministra Gleisi Hoffmann, que assumiu as nossas Relações Institucionais, eu no Senado, José Guimarães na Câmara e o Randolfo Rodrigues no Congresso. Mas, como se diz aqui, a vida é dura. Não está fácil porque você tem uma oposição, repito, com a ascensão da extrema direita muito mais fanatizada e disposta a comprar todo tipo de brigas. A imprensa influencia, mas eu diria que tem uma coisa aqui dentro mesmo, na base da qualidade ou da posição ideológica dos senadores e deputados eleitos.

- O senhor mencionou sobre o clima de campanha permanente de campanha, que já vem desde 2022, e recentemente, o senhor declarou a sua intenção de re-eleição do senhor, a potencial candidatura de Lula. O senhor acha que poderá haver alguma mudança nas alianças, vamos

entrar num novo momento? Como o senhor vê o desempenho dos candidatos nos estados, o PT pode ampliar seu espaço nos governos e no Senado em 2026.

- Bom, primeiramente, eu acho que o presidente Lula é candidíssimo em 2026. Eu o acompanho, converso com ele, e eu diria que, do ponto de vista da saúde, ele está muito bem, faz atividade física todo dia, ou seja, ele está, na minha opinião, em “ponto de bala” para ser candidato. Evidente que a eleição e as convenções são daqui a um ano, um ano e um mês, julho, agosto, do ano que vem, então tem muita água para rolar. Mas, para mim, a fotografia, quando me perguntam é sobre o plano B, eu digo que não trabalho com o plano B, só existirá plano B se o presidente Lula resolver declinar de ser candidato, eu não vejo essa possibilidade neste momento. Sobre as alianças, hoje o Brasil vive uma polarização entre a nossa posição e a posição do

grupo vinculado ao ex-presidente, ou seja, uma extrema direita, repito, fanatizada, que usa muito o advento das redes para espalhar uma série de mentiras virtuais, e os partidos também estão muito divididos nacionalmente. O mesmo partido, eu prefiro não citar nomes para não ter ruído, mas o mesmo partido no Nordeste tem uma posição e, às vezes, no Sul e Sudeste tem outra posição. Essa decisão dos partidos vai estar para o ano que vem, não é agora. E eu acho que será um contencioso muito grande, repito, tem muito partido que tem posições internas bem distantes.

Tem gente que vai querer apoiar um outro candidato e um grupo que quer apoiar o presidente Lula, fora a nossa base original, que é PT, PCdoB, e PV, o PSB, o PDT. Esse grupo, eu, pessoalmente, não tenho muita dúvida, que se definirá nacionalmente pela candidatura do presidente Lula. Os outros partidos, vou chamar par-

tidos de centro, PSD, União Brasil, que seriam centro, centro direita e outros partidos, o próprio MDB, haverá uma discussão interna muito grande, porque tem apoadores, é claro, do presidente Lula, que vão brigar por essa posição no partido, mas tem apoadores de outros candidatos. Então, eu não acho que o quadro das alianças de 2026 está claro e, pessoalmente, eu acho que, dificilmente, ele será um quadro de alinhamento nacional, pelo que eu acabei de dizer, que dentro de cada partido, você vai ter um enfrentamento de posições diferentes, porque a realidade de cada estado da federação é diferente. Nós temos um objetivo que eu considero bastante importante e estratégico, que é eleger um bom número de senadores, vou chamar assim, do campo progressista, do campo da democracia e que não tenham uma pauta de extrema direita e do grupo do ex-presidente.

Quanto ao senado, teremos em disputa 54 vagas, e nós temos que cuidar para fazer a maioria, para que o grupo do ex-presidente não o faça. Pelo Senado passa a indicação de todos os ministros dos tribunais superiores, do CNJ, do CNMP, os embaixadores, as agências, portanto, o poder, eu diria assim, nessa questão dessas escolhas dos embaixadores é muito centrado aqui no Senado. Afora, o grupo que fica obsessivamente atrás de impeachment de membro do Supremo Tribunal Federal. Para mim, pela estabilidade democrática nós precisamos ter maioria no Senado, essa é a maior preocupação nossa, dos partidos da base e do próprio presidente Lula, na tentativa de termos candidatos fortes, que o PT faça alianças que garantam a eleição de senadores, repito, desse campo que nos apoia, que vou chamar genericamente de progressista e de defesa da institucionalidade da democracia. Nós temos alguns

desafios, o PT está se posicionando. A comissão que vai ajudar nas candidaturas em todo o Brasil se reuniu hoje (9/06) com a presença do presidente Humberto Costa, nós estamos tentando fazer as melhores alianças e garantir os melhores candidatos, não para marcar a posição, mas para efetivamente ter vitórias no processo eleitoral de 2026.

- Senador, sobre a questão do INSS, teve um pedido de abertura de CPI, na Câmara teve um

sentados foi o presidente Lula, é a Polícia Federal sob nosso comando, foi a CGU, que é um ministério indicado pelo presidente Lula, que foi atrás dos assaltos que estavam fazendo ao dinheiro dos aposentados. Para mim, é até meio ridícula a ideia de querer apontar para o governo do presidente Lula. Eu pergunto: quer dizer que quem investigou e revelou a fraude é culpado? Lembrando que 11 entidades, na minha opinião, entidades artificiais, são responsáveis por 90% do roubo e do assalto aos aposentados. Curiosamente, essas entidades foram constituídas no período do governo anterior, não no nosso. É óbvio que eles vinham executando e continuaram no nosso governo. Quando nós recebemos a denúncia, alguns dizem que demorou demais, é porque ninguém faz uma investigação dessas da noite para o dia. Tem sigilo nas investigações, para você quebrar um sigilo telefônico, fiscal ou bancário de alguém, você depende de ordem judicial. Então, é demorado mesmo, até porque o esquema alcançava o Brasil inteiro. Hoje existem dezenas de processos abertos em relação ao tema do assalto aos aposentados. Então, a CPI é porque a oposição está sempre disposta a fazer barulho.

Eu acho que ela perdeu o fôlego, mas não acho que o assunto esteja morto. Existem alguns membros da nossa base que dizem: "Olha, melhor assim, a gente tem maioria, vamos nomear os nossos membros da CPI e vamos enfrentar a CPI e mostrar efetivamente o que aconteceu, até porque a gente não tem medo da investigação", já que, repito, fomos nós que começamos a investigação. O governo gosta de CPI, CPMI? Não, não gosta, porque isso tira o foco daquilo que é principal para o governo, para a população e para o país, para 'chover no molhado'. Porque quem investigou, quem

“Não existe plano B para 2026. Só haverá se Lula declinar, e não vejo essa possibilidade”

**pedido de abertura de CPMI, o
senhor acha que superamos essa
questão política? Essa investiga-
ção só começou porque o gover-
no apurou, enfim, como é que o
senhor acha que vai desdobrar
essa questão de uma possível
CPMI sobre o INSS, diante da
postura que o governo adotou
nesse caso?**

- Olha, você colocou tudo, quem investigou e quem está fazendo acontecer o combate à negociação e o roubo dos nossos apo-

tem os dados é a Polícia Federal e a CGU. Então, a CPMI, por exemplo, se for instalada, vai investigar em cima do trabalho que já foi feito pela Polícia Federal e CGU. Então, ela acaba virando muito mais o que parte da oposição ou a oposição quer, um palanque político, do que na verdade, uma vontade de chegar à verdade dos fatos, sendo que a verdade dos fatos já está chegando pela investigação da Polícia Federal, com bloqueio de bens, prisão de gente, inquérito aberto. Eu não sei qual é a serventia de abrir uma CPMI quando a investigação que interessa já está acontecendo.

Estamos trabalhando nisso, vamos ver qual é a obsessão ou a forma como a oposição vem em cima disso, mas nós não temos medo. Não queremos, não interessa a governo nenhum uma CPI, uma CPMI que vai consumir uma energia que tem que ser gasta exatamente na busca do equilíbrio fiscal, na busca de novos programas sociais, na busca do crescimento e desenvolvimento do Brasil. Então, para mim, é uma perda de tempo. Não vejo, sinceramente, nenhuma novidade a ser revelada, a não ser o barulho de fazer uma CPI para criar palanque eleitoral ou palanque político. Essa é a minha opinião, mas eu quero insistir: quem investigou e quem continua investigando é o nosso governo, então, não temos medo de nenhum tipo de esclarecimento da investigação.

- Qual é a sua expectativa sobre o relatório da CPI das BETs, que também vai sair essa semana?

- Olha, eu não sou muito de assinar um pedido de CPI. Fui o primeiro deputado a propor a CPI dos Anões do Orçamento, que acabou com a cassação de uma série de deputados federais à época que manipulavam o orçamento. Bom, depois disso passei a ver

que muitas das CPIs são pedidas exatamente com o objetivo de fazer um palanque, um palanque eleitoral e não de uma investigação mais aprofundada. Tivemos a CPI da COVID, que prestou um serviço à nação e ao povo brasileiro, porque é uma situação totalmente diferente. Na questão da COVID, com falta de respirador, de oxigênio, de vacina, de tudo, tínhamos um governo que, além de não recomendar a vaci-

ex-presidente e do então governo brasileiro. Então, ali tinha sentido. Vou repetir, na questão dos aposentados ou das BETs, não sei muito bem onde é que vão chegar. A verdade é que já aprovamos, na semana passada, uma limitação muito forte, que foi encaminhada à Câmara dos Deputados, no que diz respeito à propaganda das BETs. E, inclusive, ontem, esse assunto surgiu na reunião que tivemos na residência oficial da Câmara dos Deputados, que trata do eventual aumento dos impostos sobre o lucro das BETs, bem como de uma forma de buscar e retirar do ar as BETs ilegais e irregulares que ainda operam no Brasil e que, na verdade, sonegam tudo. Assim sendo, precisamos realizar um trabalho de tal maneira que o controle da internet no país impeça que BETs ilegais, não regulamentadas, não regulares, continuem a oferecer jogos aos brasileiros. Essa é a pior situação dentre todas as outras. Com o fato de termos realizado a regulamentação, elas pagam impostos e sabemos onde estão e quem são os empresários que são donos. Portanto, nesse sentido, não sei muito bem qual será a conclusão, pois não participei da CPI das BETs. Houve um certo constrangimento com a vinda de alguns convidados, alguns influencers com muitas pessoas aqui do Senado que não gostaram, acharam que foi um desgaste para o próprio Senado. Assim, ela está praticamente encerrando, embora tenha um pedido de prorrogação, mas, pessoalmente, sou contrário. O que o relatório promete? Não estou acompanhando, pois não é uma CPI que diz respeito diretamente ao governo. Trata-se de uma atividade econômica que apresenta problemas, que hoje se tornou, digamos, um vício para muitas pessoas, e que, portanto, é uma preocupação de todos nós com a estabilidade das famílias e da vida das pessoas.

“CPI do INSS é palanque político. Quem investigou o roubo foi nosso governo.”

na, totalmente negacionista em relação ao que o mundo inteiro estava adotando, foi um governo que atrapalhou a compra, que negou vacina. Como o próprio governo não investigou, a CPI, naquele caso, cumpriu um papel fundamental de esclarecer para o povo brasileiro, para a imprensa, para todos qual era a postura do



Energia limpa e infraestrutura: França investirá R\$ 100 bi no Brasil, anuncia governo

Acordos fechados durante encontro com empresários na França incluem setores de energia limpa, infraestrutura e tecnologia; governo destaca geração de empregos e parcerias estratégicas

Redação Focus Brasil

Em um movimento que fortalece as relações econômicas entre Brasil e França, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta terça-feira (10) um pacote de investimentos de R\$ 100 bilhões a serem aplicados por empresas francesas no país nos próximos cinco anos. O anúncio foi feito durante encontro com líderes empresariais em Paris, marcando

um importante passo na estratégia do governo de atrair capital estrangeiro para setores prioritários.

Durante seu discurso, Lula enfatizou que os novos investimentos refletem a confiança da comunidade internacional no Brasil e destacou seu potencial para gerar empregos e modernizar a economia nacional. “Estamos mostrando ao mundo que o Brasil é um parceiro confiável, com enormes oportunidades em energia renovável, infraestrutura e tecnologia”, afirmou o presidente. Entre

as empresas envolvidas estão grandes nomes como a TotalEnergies, Vinci e Danone, que planejam atuar em projetos de energia eólica e solar, modernização de portos e ferrovias, além de iniciativas sustentáveis no agronegócio.

O ministro Fernando Haddad, presente ao encontro, reforçou que os investimentos estão alinhados com as metas ambientais do país e trarão não apenas recursos financeiros, mas também tecnologia e inovação. “Esses projetos têm contrapartidas sociais e ambientais claras, o que é fundamental para o desenvolvimento que queremos”, disse. A França já ocupa a posição de terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil, com um estoque de US\$ 40 bilhões até o ano passado.

A notícia chega em um momento estratégico para o governo, que busca consolidar o país como destino atrativo para investimentos verdes e de alta tecnologia. Durante sua viagem pela Europa, Lula tem enfatizado a importância de parcerias internacionais que combinem crescimento econômico com sustentabilidade. Especialistas, no entanto, lembram que o sucesso desses compromissos dependerá de um ambiente regulatório estável e da capacidade do Brasil em manter o ritmo de reformas econômicas.

Para Ilan Goldfajn, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o valor anunciado é significativo, mas sua concretização exigirá esforços contínuos. “Investimentos dessa magnitude dependem de segurança jurídica e desburocratização”, ponderou. Enquanto isso, o governo comemora o acordo como uma vitória de sua política externa e econômica, que busca reposicionar o Brasil no cenário global como um player confiável e comprometido com o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Planalto



Primeiro debate do ciclo “Memória da luta antirracista”, do CSBH, é realizado na Unifesp

Evento trouxe as obras dos intelectuais Clóvis Moura e Kabengele Munanga aos alunos do campus Guarulhos

Claudia Rocha

Nesta terça-feira (3), foi realizada a primeira atividade do ciclo de palestras “Memória da luta antirracista”, promovido pelo Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo.

O debate ocorreu no auditório da Universidade Federal de São Paulo, campus Guarulhos, em parceria com o NNUG - Núcleo Negro Unifesp Guarulhos, e trouxe o tema do centenário de Clóvis Moura e dos 50 anos do congolês Kabengele Munanga no Brasil.

Participaram da mesa “Do

centenário de Clóvis Moura aos 50 anos de Kabengele Munanga no Brasil: democracia e políticas antirracistas” o professor da Universidade Federal do Sergipe Petrônio José Domingues e o jornalista Oswaldo Faustino, com a mediação da professora Fabiana Schleumer.

Na abertura do evento, o historiador recém-formado na Unifesp e pesquisador do CSBH, Bruno Maslin, destacou a pluralidade de identidades negras no país, enquanto a diretora da fundação Perseu Abramo Elen Coutinho falou sobre a necessidade de recontar a história escrita pelas elites burguesas que produziram o apagamento de personagens negros relevantes.

Ambos salientaram a impor-

tância do resgate da memória, não só dos dois homenageados, mas de diversos intelectuais negros que construíram a luta antirracista brasileira, ponto também reforçado pela professora Fabiana Schleumer.

Clóvis Moura e Kabengele Munanga

O sociólogo e historiador Clóvis Moura (1925-2003) foi pioneiro na desconstrução do mito da democracia racial, conceito que aponta que o Brasil teria alcançado um patamar de igualdade entre brancos e negros. A ideia difundida a partir das teorias colocações no livro “Casa Grande, Senzala” de Gilberto Freyre moldou, na segunda metade do século XX, a história ensinada nas escolas,



Sergio Silva/FPA

como contou o professor Petrônio José Domingues.

“Clóvis Moura foi erudito, multifacetado e eclético”, diz Petrônio. O professor destacou a obra “Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas”, de 1959, enquanto um divisor de águas e aponta que o intelectual acabou ficando em um “entre-lugar na historiografia” por não ter feito uma carreira acadêmica tradicional, o que contribuiu para seus pensamentos acabarem esquecidos. Clóvis Moura era jornalista profissional e militante político marxista heterodoxo.

De acordo com Petrônio, além de Moura ter denunciado o eurocentrismo na história, ele foi muito importante para inaugurar o pensamento pós-abolição no Brasil, uma área que era novidade em sua época e que foi se desenvolvendo bastante ao longo dos anos até hoje.

Assim como Clóvis Moura,

quem também se debruçou em apontar outros caminhos de análise sobre o tema da mestiçagem foi o antropólogo africano, professor da Universidade de São Paulo, Kabengele Munanga, que vive há 50 anos no Brasil. Sua obra “Negritude: usos e sentidos”, de 1988, investiga como a negritude se manifesta na diáspora, na luta por direitos e na valorização da cultura negra.

O professor de história Petrônio José Domingues, finalista do Prêmio Jabuti com “Protagonismo negro em São Paulo”, lembra uma famosa frase de Munanga que diz “o racismo brasileiro é um crime perfeito” por ser, segundo Petrônio, um ato “sem alarde, mascarado, util e velado”.

“Clóvis Moura vai buscar o negro que age, o rebelde, o que conflita, o que não se conforma. Ele não quer um negro de alma branca”, defende Oswaldo Faustino.

Autor de livros infantis sobre

a temática negra, o jornalista lembrou um ensinamento que considera muito importante para o tema do resgate histórico da população negra. “Eu trago dentro de mim minha ancestralidade e descendência, eu só sou um instante dessa história”, declara Faustino.

Com a ideia de enaltecer o reconhecimento e o pertencimento, ele afirma: “Tanto Clóvis quanto Kabengele são espelhos nos quais temos obrigação de nos refletir”.

O ciclo de debates “Memória da luta antirracista” tem ainda outras três palestras agendadas com a realização em universidades em diferentes estados brasileiros. A próxima edição, que vai ocorrer na UFRGS, no Rio Grande do Sul, em parceria com a Escola Nacional de Formação do PT, tem como tema “A construção do feminismo negro: mulheres em luta – Pensamento e militância de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: intelectualidade, ativismo e luta pelo combate ao racismo”.



Humberto Costa destaca posicionamento do governo federal sobre ativistas brasileiros em Gaza

Senador reforça necessidade de apoio diplomático e proteção aos brasileiros em missões humanitárias no conflito, alinhado à política externa de defesa dos direitos humanos

Redação Focus Brasil

O senador Humberto Costa (PT-PE) destacou a manifestação do governo federal em relação aos ativistas brasileiros em Gaza, reiterando a importância da proteção dos direitos humanos e da solidariedade internacional. Em sua fala, o parla-

mentar reforçou o posicionamento do Brasil em defesa da paz e da resolução diplomática dos conflitos, além de cobrar ações concretas para garantir a segurança dos cidadãos brasileiros envolvidos em missões humanitárias na região.

O governo federal, por meio do Itamaraty, tem acompanhado de perto a situação e mantido diálogo com autoridades locais e organizações internacionais para

assegurar o bem-estar dos ativistas. Humberto Costa ressaltou ainda a necessidade de uma atuação firme do Estado brasileiro na proteção de seus cidadãos, independentemente de sua atuação em zonas de conflito.

A nota do senador reflete a preocupação do Legislativo com a questão e reforça o alinhamento com as diretrizes da política externa brasileira, que prioriza o respeito ao direito internacional e a defesa dos direitos humanos.

Aprovado projeto de Teresa Leitão para concurso público na educação indígena, do campo e quilombola

Proposta, que teve o senador Paulo Paim (PT-RS) como relator, pode ir diretamente para análise na Câmara dos Deputados



Presidente da Comissão de Educação, senadora Teresa Leitão quer priorizar a formação e formação e seleção de profissionais de suas comunidades

Agência Senado

AComissão de Educação do Senado aprovou projeto de lei (PL 4.414/2024) da senadora Teresa Leitão (PT-PE) para que os professores da educação indígena, do campo e quilombola sejam selecionados por concurso público específico. A proposta, que altera a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB), determina ainda que o poder público priorize a formação e seleção de profissionais provenientes de suas comunidades.

Relator do projeto aprovado em decisão terminativa – ou seja, que pode ir diretamente para a Câmara dos Deputados caso não haja solicitude de votação no plenário –, o senador Paulo Paim (PT-RS) avalia que a iniciativa representa um passo essencial para a efetivação de uma educação inclusiva e que respeite os valores

culturais dos diferentes povos.

“A experiência demonstra que professores originários desses contextos têm maior capacidade de engajar os estudantes e de adaptar o currículo às necessidades locais, reduzindo a evasão e melhorando indicadores de aprendizagem. A proposta consolida diretrizes já presentes na LDB e no Plano Nacional de Educação 2014-2024 e também nos debates e proposições relativos ao novo PNE”, observou o senador.

Segundo Paim, ao estabelecer concursos específicos e priorizar profissionais das comunidades, o texto assegura que o magistério seja exercido por indivíduos que dominem as línguas, práticas e saberes locais – condição fundamental para uma pedagogia intercultural.

“A medida fortalece a autonomia dessas comunidades, evitando a imposição de modelos educacionais alheios às suas realidades, problema historicamente denunciado por movimentos sociais”, afirmou o relator.

Para Teresa Leitão, presidente da Comissão de Educação, as medidas sugeridas favorecerão a melhoria da qualidade do ensino.

“O conhecimento da realidade local e o respeito ao perfil de cada povo constituem fatores relevantes para o bom exercício profissional, além de propiciar o fortalecimento da herança cultural comum”, argumentou a senadora.



Segurança nas escolas: profissionais terão que apresentar certidão e passar por avaliação psicossocial

Comissão de Segurança Pública aprova projeto da senadora Augusta Brito (PT-CE) que impõe critérios mais rígidos para contratação de trabalhadores em creches e escolas de ensino fundamental

Profissionais que atuam em creches e escolas de ensino fundamental, incluindo terceirizados, deverão apresentar certidão negativa de antecedentes criminais e passar por avaliação psicossocial antes de serem con-

tratados. O projeto de lei, de autoria da senadora Augusta Brito (PT-CE), foi aprovado nesta terça-feira (10/6) pela Comissão de Segurança Pública do Senado.

A medida busca proteger crianças e adolescentes da violência sexual e se apoia em dados preocupantes: segundo a UFMG, cerca de 15% dos estudantes bra-

sileiros sofrem violência sexual antes dos 18 anos. “A exigência de avaliações e certidões pode reduzir em muito os casos de violência sexual contra nossas crianças”, afirmou a senadora, ao lembrar casos recentes envolvendo agressores no ambiente escolar. A proposta segue agora para análise da Comissão de Educação.



Presidente Lula ao receber o título de honoris causa da Universidade de Paris 8

Lula faz história em Paris e recebe homenagens da Academia Francesa e da Universidade Paris 8

É a primeira vez, desde Dom Pedro II, que um brasileiro é homenageado pela Academia Francesa; Lula também é o segundo cidadão honorário de Paris e volta ao Brasil com mais de R\$ 100 bilhões em novos investimentos

Fernanda Otero, de Paris

Durante seu primeiro mandato, Lula fez sua primeira visita oficial à França em julho de 2005, sob a presidência de Jacques Chirac. Voltou ao país em 2009 para promover o Ano do Brasil na França, receber o Prêmio da Paz Félix Houphou-

ët-Boigny na sede da Unesco e firmar acordos que somavam R\$ 22,5 bilhões à época. Em 2012, já sob o governo Dilma Rousseff, houve nova visita oficial com assinatura de acordos de cooperação com François Hollande, então presidente francês. Desde então, o Estado brasileiro não era convidado oficialmente ao país.

Quase 20 anos após sua primeira visita como chefe de Estado, Luiz Inácio Lula da Silva retorna à

Cidade Luz como presidente pela terceira vez, desta vez com uma agenda intensa. Ele se torna o presidente brasileiro deste quarto de século que mais vezes visitou Paris e o que mais homenagens recebeu em território francês. Volta ao Brasil com duas dezenas de acordos bilaterais e um volume de investimentos que supera os R\$ 100 bilhões.

A lista de compromissos é extensa. Foram firmados mais de 20



Ricardo Stuckert / PR

atos de cooperação, aprofundando a relação bilateral em áreas como ciência, tecnologia, inovação, meio ambiente, segurança alimentar, educação e saúde. Entre os projetos destacados estão o satélite geoestacionário de comunicações, o supercomputador Santos Dumont e a reativação do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade Amazônica. No setor de saúde, novas parcerias entre a Fiocruz e o Instituto Pasteur miraram o desenvolvimento conjunto de vacinas e insumos laboratoriais. Também se abriu a possibilidade de produção de helicópteros pela Helibras, em Itajubá, com fins civis e militares e potencial para exportação.

O Brasil ainda recebeu da OMSA (Organização Mundial da Saúde Animal) o certificado de país livre da febre aftosa sem vacinação. Empresários franceses manifestaram interesse em ampliar os investimentos no Brasil, com expectativa de aplicar R\$ 100 bilhões até 2030. Um encontro empresarial contou com mais de 500 inscritos de cada país. No

campo da cultura, foi assinado um novo acordo de cooperação, e o presidente Macron anunciou a suspensão temporária de vistos para brasileiros que entram pela Guiana Francesa. França e Brasil também discutiram a COP30 e participaram juntos da III Conferência da ONU sobre os Oceanos, no principado de Mônaco.

O prestígio pessoal do presidente Lula foi o ponto alto da visita — motivo de orgulho para qualquer brasileiro.

Academia Francesa inclui “multilateralismo” em dicionário em homenagem a Lula

No dia 5 de junho, Lula fez história ao se tornar o segundo brasileiro homenageado pela Academia Francesa, fundada em 1635. Em quase 400 anos de existência, apenas 19 chefes de Estado haviam recebido essa honraria. O único brasileiro antes de Lula havia sido Dom Pedro II, em 1872.

Em cerimônia solene, os Imortais da Academia incluíram a palavra “multilateralismo” — que

pressupõe igualdade soberana entre as nações — no dicionário oficial, em homenagem a Lula. O presidente recebeu uma edição do dicionário já com o verbete “multilateralisme” incorporado. “O multilateralismo foi decisivo no processo de descolonização, na proibição de armas químicas e biológicas, na afirmação de direitos humanos, na proteção do meio ambiente e na solução de diversos conflitos”, afirmou Lula, ao descrever a homenagem como “uma deferência, um reconhecimento ao Brasil e ao povo brasileiro”.

Após a cerimônia, Lula participou de um encontro com a comunidade brasileira em Paris, recepcionado pela prefeita da cidade, Anne Hidalgo. Ao lembrar a prisão do presidente em 2018, ela afirmou: “Lula é a encarnação da esperança — a que brilha quando tudo parece perdido, que resiste em pleno caos e que segue viva mesmo quando todas as saídas parecem fechadas”. Ela recordou que, ao ser libertado, Lula recebeu a cidadania de honra de Paris.

Entre os presentes no encon-



Ricardo Stuckert / PR

tro estavam Lélia Salgado, viúva do fotógrafo Sebastião Salgado, e Ana Lúcia Paiva, filha de Eunice Paiva e do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado pela ditadura. Anne Hidalgo concluiu: “Paris te ama”, dirigindo-se ao “querido cidadão de honra da cidade de Paris”. Lula é o segundo brasileiro a receber esse título, ao lado do líder indígena Kayapó Raoni Metuktire.

Após um jantar de gala oferecido por Emmanuel Macron, Lula e Janja assistiram à Torre Eiffel ser iluminada com as cores verde e amarela.

Doutor Honoris Causa da Universidade Paris 8

Na manhã de sexta-feira, 6, Lula recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Paris 8, criada em meio às transformações sociais de maio de 1968. A instituição nasceu com a missão de democratizar o ensino superior, abrindo espaço para filhos de trabalhadores, imigrantes e demais excluídos do sistema tradicional. Como destacou Lula: “A Paris 8 mostrou que o saber não é privilégio, é um direito”.

A ex-reitora Annick Allaire afirmou que, em tempos de ame-

aça à liberdade acadêmica, homenagear Lula era “um ato potente”. Segundo ela, o fato de um presidente operário, de origem humilde, receber o título de uma universidade da periferia de Paris “é um ato de resistência”.

Ela lembrou ainda a célebre

tante para o PT é a desmistificação da distância entre o intelectual, o estudante, o camponês e o trabalhador”.

O reitor Arnaud Laimé destacou as políticas de inclusão do ex-presidente: “As cotas, mesmo enfrentando preconceitos, hoje

mostram seu impacto ao transformar vidas”. Ele também evocou Paulo Freire e Josué de Castro como símbolos do Brasil que pensa e transforma.

Lula agradeceu: “É uma honra ser o segundo brasileiro laureado aqui, ao lado da grande amiga e pensadora Marilena Chauí”. E completou: “A universidade brasileira começa a ganhar a cara do Brasil verdadeiro — mestiço, negro, indígena, trabalhador”.

Ao final, recebeu um presente simbólico: um quadro com folhas de jequitibá. “Essa árvore representa longevidade, resistência e resiliência”, explicou o reitor.

Em 2011, Lula já havia sido laureado com o título de Doutor Honoris Causa pela prestigiada Sciences Po, sendo o primeiro latino-americano a recebê-lo.

A relação entre o ex-torneiro mecânico, que passou fome na infância no interior de Pernambuco, e Paris é, de fato, especial.

**Presidente
brasileiro é
celebrado na
França com o
título de Doutor
Honoris Causa
e inclusão do
“multilateralismo”
no dicionário da
Academia Francesa**

entrevista de Félix Guattari com Lula, na qual o então sindicalista afirma: “um ponto muito impor-



O fim do 14º plano quinquenal: um novo tempo começa planejado para andar com fé

J.Renato Peneluppi Jr.

O 14º Plano Quinquenal marca uma nova fase no desenvolvimento econômico da China, sendo o primeiro grande passo após a erradicação da pobreza, alcançada com o 13º Plano Quinquenal e o cumprimento da primeira meta centenária (1921-2021). Também é o primeiro plano elaborado sob forte escrutínio internacional sobre sua governança.

Durante a crise da COVID-19, este plano demonstrou a superioridade do modelo de planejamento econômico chinês, ao proteger a vida da população e garantir estabilidade e crescimento, mesmo diante do colapso das cadeias globais de suprimentos e da desaceleração econômica mundial.

Enquanto a maioria das economias entrou em recessão, a China foi a única grande economia a registrar crescimento positivo no período consolidando as bases tecnológicas rumo à segunda meta centenária e ao rejuvenescimento da nação chinesa na Nova Era.

Made in China 2025

É preciso destacar três componentes importantes do 14º Plano Quinquenal. O primeiro, ele se sobrepõe à segunda metade do “plano decanal” chamado de “Made in China 2025”, desempenhando um papel importante na conclusão deste plano. Esse tem dado vazão a novas tecnologias como carros elétricos, novas baterias, novas energias, e a inovação como Deepseek e foguetes reutilizáveis.

Made in China 2025 é uma estratégia nacional voltada para o fortalecimento das capacidades

industriais da China, gerando novas forças produtivas, com base em quatro principais vantagens: um vasto mercado interno, um sólido conjunto de empresas inovadoras, apoio estratégico do governo e uma crescente força de trabalho qualificada.

Esse plano foca no desenvolvimento de dez setores-chave, incluindo tecnologia da informação de nova geração, ferramentas de controle numérico avançadas e robótica, equipamentos aeroespaciais e marítimos de alta tecnologia, sistemas ferroviários modernos, veículos de energia nova e eficientes, novos materiais, dispositivos médicos, máquinas agrícolas e equipamentos de geração de energia.

Plano de longo prazo

O segundo componente é “Objetivo de Desenvolvimento de Longo Prazo até 2035” um plano

de quinze anos que visa transformar o país em uma nação socialista moderna e próspera. Nele, a sustentabilidade orienta a busca por autossuficiência, segurança e novas tecnologias, trocando o crescimento rápido por um de qualidade, com foco na “Nova filosofia” voltada à inovação, coordenação, proteção ambiental, abertura e compartilhamento.

Para isso, o plano busca promover avanços tecnológicos e inovação independente, fortalecer indústrias estratégicas e construir uma economia mais aberta, eficiente e sustentável. Além disso, o plano tem como meta melhorar a qualidade de vida da população, ampliando o acesso a serviços públicos essenciais como saúde e educação.

A proteção ambiental também é prioridade, com ações para reduzir emissões de carbono e preservar os recursos naturais. Por fim, o plano pretende consolidar a posição da China como uma potência global, aumentando sua influência econômica, tecnológica e política no mundo.

Nessa nova estratégia de desenvolvimento, a “Dupla circulação” combinada com o ICR (Iniciativa Cinturão e Rota) é peça central e traz o mercado doméstico como pilar da economia, com o mercado interno e externo se estimulando mutuamente, e servindo de base para a distribuição da riqueza gerada pelo PIB, fortalecendo assim a Prosperidade Comum.

Civilização ecológica

O terceiro componente vem da busca por transformar o país em uma nação socialista moderna, inovadora e sustentável. Esse caminho passa diretamente pela meta 3060, que estabelece o compromisso de atingir o pico de emissões de carbono até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2060. Para isso, a China aposta

na construção de uma civilização ecológica, que alia crescimento econômico à proteção ambiental.

Nesse processo, o desenvolvimento das megaciudades tem papel central, funcionando como plataformas para aplicar soluções tecnológicas verdes, promover eficiência energética e garantir qualidade de vida. Essas áreas urbanas são laboratórios vivos da modernização ecológica, adotando inovações desenvolvidas no programa Made in China 2025, que estimula avanços em setores estratégicos como energia limpa, transporte inteligente, novos materiais e tecnologia da informação.

Todo esse esforço é sustentado pela dinâmica da Dupla Circulação, que fortalece o mercado interno como base do crescimento, ao mesmo tempo em que mantém a integração com os mercados globais. Essa estratégia permite que a China reduza dependências externas, estimule o consumo e a inovação doméstica e, ao mesmo tempo, fortaleça sua posição econômica internacional.

Assim, o plano de longo prazo até 2035 integra metas ambientais, urbanização inteligente, inovação tecnológica e reestruturação econômica, formando os pilares da construção de uma China mais verde, resiliente e globalmente competitiva.

A grande meta

Como destaca Kishore Mahbubani, na sua obra *Has China Won?*, afirma que “A notável transformação da China é resultado de uma governança pragmática, planejamento de longo prazo e um profundo compromisso com a modernização à sua própria maneira.”

O Plano Quinquenal chinês é um instrumento estratégico fundamentado no marxismo-leninismo adaptado à realidade chinesa,

incorporando o conceito de socialismo de mercado. Ele orienta o desenvolvimento econômico e social, permitindo ao Estado planejar, coordenar e mobilizar recursos para construir o socialismo moderno.

Embora mantenha o controle estatal, o plano reconhece o papel do mercado para promover inovação e eficiência. Assim, o Plano Quinquenal é a ferramenta central do Partido Comunista Chinês para alcançar crescimento sustentável, equilíbrio regional e modernização socialista, alinhando objetivos econômicos à ideologia do partido e à dinâmica do socialismo de mercado.

O grande objetivo da segunda meta centenária da China, a ser alcançada até 2049 — no centenário da fundação da República Popular da China — é transformar o país em uma nação socialista moderna, próspera, forte, democrática, civilizada e harmoniosa, com forte capacidade tecnológica e inovação, alcançando um nível elevado de desenvolvimento econômico, social e cultural, consolidando a posição da China como uma grande potência global em todos os aspectos.

Por isso, a “Comunidade de Futuro Compartilhado Brasil-China por um mundo mais justo e um planeta mais sustentável” ganha cada vez mais relevância e sinergia. Apesar das diferenças em natureza política e econômica, os dois países compartilham objetivos sociais e ambientais convergentes.

A busca por justiça social, desenvolvimento sustentável e soluções para os desafios globais aproxima suas estratégias, criando espaço para cooperação em áreas como transição energética, inovação tecnológica, combate à pobreza e proteção ambiental.

Autor: Advogado, Doutorado em Administração Pública na China, Pesquisador do Beijing Club for International Dialogue.

A semana no mundo: de sanções inéditas a confrontos diplomáticos

Reino Unido mira ministros israelenses e ativistas da Flotilha da Liberdade são detidos por Israel.

Organização: Fernanda Otero



Reino Unido propõe sanções contra ministros israelenses por incitação à violência

Com apoio de Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Noruega, governo britânico quer bloquear bens de Bezalel Smotrich e Itamar Ben-Gvir

Os ministros de extrema-direita Bezalel Smotrich e Itamar Ben-Gvir serão alvos de sanções no Reino Unido. O secretário de Relações Exteriores britânico, David Lammy, afirmou que ambos

“incitaram violência extremista e graves abusos dos direitos humanos palestinos”.

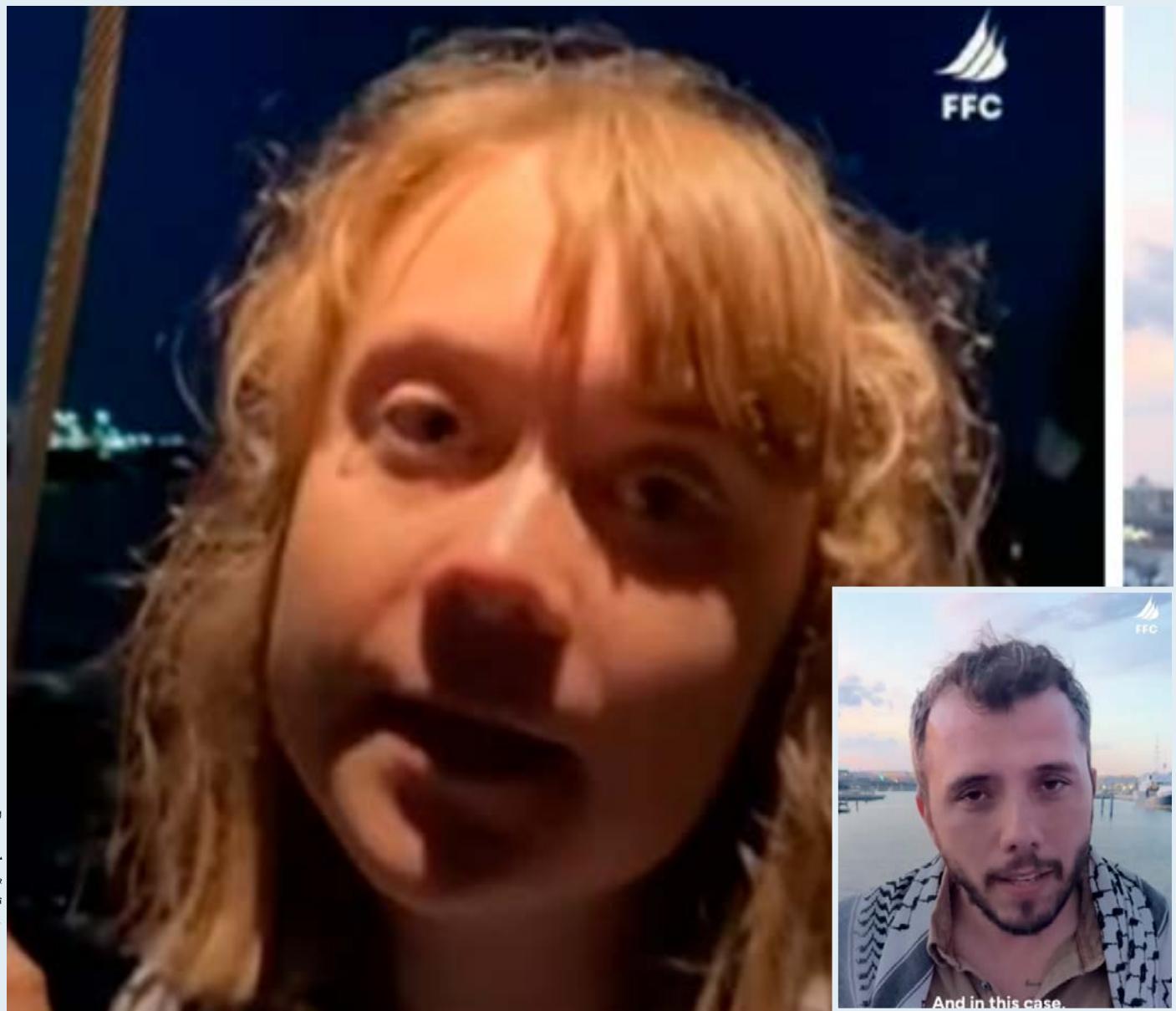
Em comunicado oficial, o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido declarou que a medida será coordenada com Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Noruega.

No mês passado, Smotrich declarou que “Gaza será inteiramente destruída” e fez campanha contra a entrada de ajuda humanitária no território. Já Ben-Gvir defendeu o reassentamento permanente de palestinos.

Segundo o ministério britânico, “essa é a única maneira de garantir segurança e dignidade para israelenses e palestinos e assegurar a estabilidade a longo prazo na região — que está em perigo devido à violência extrema”.

O governo também reiterou seu compromisso com um cessar-fogo imediato em Gaza, a libertação dos reféns, o fim do papel do Hamas na governança da região e a construção de um caminho para a solução de dois Estados.

(Com informações do The Guardian)



Reprodução/Instagram

Greta Thunberg é escoltada por forças israelenses e ativistas seguem detidos

A ativista sueca Greta Thunberg desembarcou em Paris na tarde de terça-feira, 10, após ser escoltada por forças israelenses que interceptaram o barco Flotilha da Liberdade. A embarcação navega rumo a Gaza para tentar abrir um corredor humanitário.

O ativista brasileiro Thiago Ávila, integrante da missão, continua detido em Israel após recusar-se a assinar documentos de deportação. A eurodeputada Rima Hassan também segue sob custódia, aguardando audiência com um

juiz israelense.

O Ministério das Relações Exteriores de Israel afirmou que a tripulação do navio Madleen recebeu água e sanduíches. Já a equipe de Hassan nega, alegando que, após uma breve e filmada distribuição de alimentos no momento da prisão, nenhuma comida ou água foi fornecida durante as 16 horas de trajeto até o porto de Ashdod. Os ativistas, segundo o relato, foram obrigados a permanecer no convés até o anoitecer.

Para a organização palestina

de assistência jurídica Adalah, a interceptação do Madleen e a prisão de civis desarmados que levavam ajuda humanitária “violam o direito internacional”. A entidade prometeu acionar a Justiça israelense em defesa dos ativistas. Israel, por sua vez, sustenta que a zona marítima da costa de Gaza “está fechada a embarcações não autorizadas sob um bloqueio naval legal, de acordo com o direito internacional”.

(Com informações da Euronews e EUnews)

A semana na história

06 a 12 de junho

12/06/2000

Sequestro de ônibus acaba em tragédia

Sandro do Nascimento, um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, sequestra um ônibus da linha 174 no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro, fazendo dez passageiros reféns. Depois de horas de negociações, Sandro mata a professora Geisa Gonçalves. Rendido, o sequestrador acabaria sendo morto pelos policiais, por asfixia, dentro do camburão para o qual foi levado.

O drama do sequestro do ônibus 174 é um instantâneo da tragédia social brasileira. Sandro era menino de rua desde os seis anos de idade, quando a mãe foi assassinada. Viciou-se em drogas e praticava pequenos furtos no centro do Rio. Dormia na porta da Igreja da Candelária. Sobreviveu à chacina ocorrida havia sete anos e seguiu na mesma vida.

Na tarde de 12 de junho, Sandro entrou armado no ônibus. Passageiros conseguiram alertar a polícia sobre um possível assalto. O veículo foi cercado. Sandro tomou os reféns e, visivelmente drogado, ameaçava matá-los o tempo todo.

Por volta das 19 horas, após uma tarde inteira de tensas negociações com a polícia, Sandro saiu do ônibus usando a professora Geisa Gonçalves, de 20 anos, como escudo. Em um movimento desastroso, um policial tentou alvejar o assaltante, mas errou o tiro e atingiu a refém de raspão no rosto. Em reação, Sandro desferiu três tiros nas costas de Geisa. Dominado, Sandro foi levado para um camburão, onde seria asfixiado até a morte pelos policiais, absolvidos pelo Tribunal do Júri dois anos depois.

07/06/1977

Jornalistas exigem o fim da censura

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) divulga manifesto contra a censura, assinado por quase 3 mil jornalistas. É o mais explícito documento em favor da liberdade de imprensa desde o golpe de 1964.

“Nós jornalistas manifestamos nossa disposição de lutar contra a censura e todas as formas de restrição à liberdade de expressão e informação; e firmamos nossa posição, contrária à manutenção dos atos de exceção que impedem o livre exercício da nossa profis-

são e, com isso, sufocam o debate e a participação consciente da população”, dizia o manifesto.

Naquela altura os censores atuavam diretamente sobre jornais independentes ou identificados com a oposição ao regime – “Movimento”, “O Pasquim” e “O São Paulo”, da Arquidiocese de São Paulo – e em todas as rádios e TVs. A amplitude do manifesto da ABI mostrou que as entidades da sociedade civil estavam perdendo o medo de denunciar o regime autoritário.



06/06/1964

Cassado, Juscelino parte para o exílio

O mandato do senador Juscelino Kubitschek (PSD-GO) foi cassado, junto com o de outros 39 políticos. Embora fosse aliado de João Goulart, JK se distanciou dele pouco antes do golpe. Participou da eleição indireta que levou Castelo Branco à presidência e planejava disputar as eleições diretas previstas para outubro de 1965. A cassação de seus direitos políticos – mesmo sem qualquer acusação de subversão – foi anunciada no programa oficial de rádio “A Voz do Brasil”.

Surpreendido, virou alvo de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) conduzidos por coronéis que investigaram suas finanças e as de empresários próximos. Uma semana após ter o mandato cassado, JK deixou o país e foi para o exílio na França, de onde só retornaria em outubro do ano seguinte.

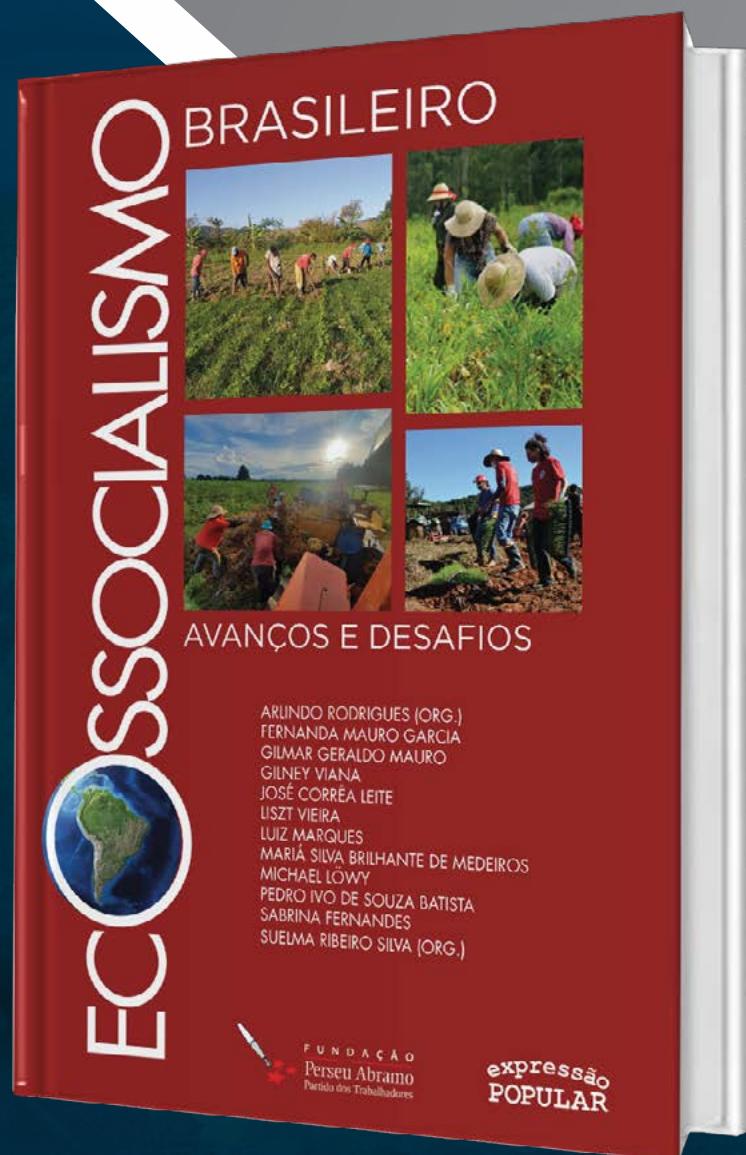
Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

SAIBA MAIS SOBRE A LUTA AMBIENTAL INTERNACIONAL E BRASILEIRA

A segunda edição do livro **Ecossocialismo brasileiro – avanços e desafios é uma leitura necessária!** A realidade da crise climática nos obriga a encontrar respostas para a consolidação de um modelo de desenvolvimento voltado para a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais e a preservação das condições da regeneração ambiental.



ACESSE A VERSÃO ELETRÔNICA:

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/ecossocialismo-brasileiro-avancos-e-desafios

**Edição impressa
disponível nas
livrarias ou na loja
virtual da coeditora,
Expressão Popular.**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR